

Ministério da Agricultura e Pesca

Relatório

**Atelier Nacional de Validação da Estratégia Nacional e Programa de Segurança Alimentar Durável numa Perspectiva de Luta contra a Pobreza
Praia, 17 e 18 de Setembro de 2002**

Introdução

Decorreu nos dias 17 e 18 de Setembro na sala de Conferências do Ministério das Finanças e do Plano o Seminário nacional de validação da Estratégia e Programa de Segurança Alimentar numa perspectiva de luta contra a pobreza.

Este evento situa-se na linha dos compromissos assumidos na Declaração dos Chefes de Estado do CILSS reunidos em Bamako em Novembro de 2000 - **Quadro Estratégico Regional de Segurança alimentar numa perspectiva de luta contra a pobreza** - e insere-se no quadro da preparação do Plano Nacional de Desenvolvimento, visando definir uma estratégia e plano de acção de segurança alimentar a médio e longo prazo, tendo como linha orientadora um conjunto de programas que tem por meta o alcance de uma segurança alimentar durável, numa perspectiva de luta contra a pobreza .

O Atelier contou com a presença de representantes do sector privado, do poder local, das ONG's, de Associações e outras organizações da sociedade civil, de sectores como a saúde, a educação, a solidariedade social e dos parceiros de desenvolvimento, acolhendo um total de .. participantes. (ver lista dos participantes)

Abertura do Seminário

No seu discurso de abertura (ver intervenção em anexo), a Senhora Ministra da Agricultura e Pescas destacou os eventos recentes como a Cimeira sobre a Alimentação (Roma +5) e sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio +10) bem como o amplo consenso e compromisso assumido em Bamako em Novembro 2000 pelos países do CILSS.

Defendeu que, com a persistência do flagelo e da fome e da malnutrição, a segurança alimentar é o desafio da era da globalização e sublinhou a horizontalidade do tema.

Referiu, no caso de Cabo Verde, o impacto da seca e da desertificação sobre a produção, o emprego e os rendimentos com a degradação ambiental e o aumento das bolsas de pobreza, e, neste quadro, o papel da ajuda alimentar para debelar a insegurança alimentar.

Pôs em relevo igualmente a sua complexidade, envolvendo não só a oferta e o acesso aos bens alimentares, mais também aspectos como os rendimentos, a educação e informação, a saúde e nutrição, a água potável e saneamento, a participação, etc..

Enfatizou que a alimentação e a segurança alimentar é um direito fundamental do homem.

No seu entender, o desenvolvimento do sector agrícola é crucial e a agricultura deve posicionar-se como solução, alterando os processos na cultura da terra e na exploração e gestão de recursos, sendo, ao mesmo tempo, importante a mudança de mentalidades e a mobilização de vontades para trilhar o caminho da redução da insegurança alimentar e romper o ciclo da pobreza.

Reforçar a solidariedade entre os sectores com vista ao desenvolvimento das comunidades rurais e priorizar a extensão e animação rural bem como a investigação, ampliadas pela assistência técnica, formação e o crédito deve ser um eixo da intervenção.

O outro eixo pode ser o desenvolvimento de parcerias para a implementação de programas e projectos.

Para finalizar agradeceu os amigos e parceiros de Cabo Verde e lançou um apelo no sentido da mobilização da solidariedade para a consolidação do sistema de segurança alimentar e para o sucesso dos trabalhos deste espaço privilegiado de concertação.

Mesa

A Mesa do Atelier foi constituída pelo Dr. Cláudio Furtado e a Eng.^a Ana Paula.

Metodologia

A metodologia adoptada foi baseada numa discussão global em plenária e em trabalhos de grupo, após a apresentação do diagnóstico, da estratégia e do programa de segurança alimentar nacional pelos consultores.

A plenária fez a apreciação global da estratégia e apreciou e discutiu as propostas e recomendações de cada grupo de trabalho.

Trabalhos de Grupo

Cada grupo trabalhou dois dos seis objectivos específicos da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar: Assim 3 Grupos foram constituídos:

Grupo I:

Prosseguir com as políticas e estratégias para a erradicação da pobreza nos meios urbanos e rurais, com particular incidência nas camadas e zonas mais vulneráveis

Promover a segurança sanitária e a qualidade dos alimentos e da água, com vista à protecção da saúde pública e do consumidor

Grupo II:

Garantir a disponibilidade e estabilidade alimentar no abastecimento dos mercados

Promover o desenvolvimento sustentável do sistema agro-alimentar nacional

Grupo III:

Reforçar as capacidades institucionais dos actores e consolidar os mecanismos e dispositivos de gestão da segurança alimentar

Melhorar os dispositivos de prevenção e gestão das crises conjunturais no quadro do sistema de segurança alimentar

Os grupos debruçaram-se, cada um, sobre (dois) objectivos específicos, tendo analisado e discutido as linhas de intervenção prioritárias, os resultados esperados e as actividades relativas a cada objectivo específico.

Conclusões e Recomendações do Atelier Nacional de Validação da Estratégia e Programa Nacional de Segurança Alimentar numa Perspectiva de Luta Contra a Pobreza

O estudo, constituído por 2 volumes, foi apresentado pelos consultores e objecto de análise e debate, a saber:.

I- Diagnóstico de Segurança Alimentar em Cabo Verde

II- Estratégia e programa de Segurança Alimentar

Conclusões e Recomendações

Os participantes validaram o objectivo global fixado:

Assegurar o acesso permanente da população a uma alimentação suficiente, saudável e nutritiva, sem prejuízo para a satisfação de outras necessidades básicas.

bem como a seguinte estrutura do PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR NUMA PERSPECTIVA DE LUTA CONTRA A POBREZA

(Deverão ser tidas em conta na redacção final as observações e propostas feitas no Atelier).

N.º	Objectivos Específicos Sub-Programas	Resultados Esperados
1	Garantir a disponibilidade e estabilidade alimentar no abastecimento dos mercados	1- Os mercados centrais e periféricos são dinâmicos e operacionais/funcionais 2- Uma rede de conservação e transformação dos produtos agro-alimentares é operacional 3- O abastecimento nacional em quantidade e qualidade é melhorado
2	Promover o desenvolvimento sustentável do sistema agro-alimentar nacional	4- Os recursos naturais são valorizados, preservados e geridos racionalmente no quadro da gestão sustentável dos sistemas de produção agro-alimentar 5- A produtividade do sector agro-pecuário e da pesca é aumentada e a produção e a transformação agro-alimentar responde melhor ao aumento e diversificação crescente da procura 6- As capacidades das organizações camponesas são melhoradas
3	Prosseguir com as políticas e estratégias para a erradicação da pobreza nos meios urbanos e rurais, com particular incidência nas camadas e zonas mais vulneráveis	7- O acesso aos bens sociais de base (saúde, educação, alimentação, água potável, saneamento básico, habitação, entre outros) é garantido para todas as camadas e zonas mais vulneráveis 8- O desenvolvimento local sustentado nas comunidades e zonas periféricas é promovido 9- O sistema de segurança social para todas as camadas mais vulneráveis é alargado e reformado e responde melhor às necessidades dos pobres

4	Melhorar os dispositivos de prevenção e gestão das crises no quadro do sistema de segurança alimentar	<p>10- O sistema de informação sobre a segurança alimentar é descentralizado e eficaz</p> <p>11- Sistemas de alerta pertinentes são reforçados ou instalados e permitem gerir (com sucesso) as crises alimentares</p> <p>12- O reforço da descentralização e da participação das populações e das comunidades na planificação, na execução e no controlo dos projectos de trabalhos públicos para o emprego visando a sua reconversão é conseguido bem como melhorados os projectos de assistência alimentar</p> <p>13- O reforço da segurança alimentar como linha de acção da cooperação internacional é uma realidade</p>
5	Reforçar as capacidades institucionais dos actores e consolidar os mecanismos e dispositivos de gestão da segurança alimentar	<p>14- Um programa de reforço da capacitação, comunicação e assistência técnica permanente dos actores é assegurado a nível central e local</p> <p>15- O sector privado é envolvido e co-responsável na garantia da segurança alimentar</p> <p>16- Os mecanismos e dispositivos de gestão da segurança alimentar são reforçados e descentralizados</p> <p>17- O sistema de informações e estatísticas sobre a segurança alimentar é consolidado</p> <p>18- O plaidoyer e a mobilização social para a segurança alimentar é reforçado</p>
6	Promover a segurança sanitária e a qualidade dos alimentos e da água, com vista à protecção da saúde pública e do consumidor	<p>18- A melhoria da dieta alimentar através da utilização correcta dos recursos alimentares disponíveis é garantida</p> <p>19- Um sistema integrado de controlo da qualidade alimentar e da água é implementado e funcional</p> <p>20- As associações de defesa do consumidor são dinamizadas e actantes</p>

Debate

O debate pôs em relevo a forte interligação dos programas. Por exemplo, a disponibilidade e estabilidade alimentar esta fortemente relacionada com a melhoria do acesso económico das camadas pobres.

Abastecimento e Produção

Foi sublinhado que a Segurança Alimentar de Cabo Verde passa necessariamente pela questão do mercado externo, isto é a redução do fosso importações/exportações e o aumento dos rendimentos. O desenvolvimento de outras actividades (turismo, indústria ligeira) é crucial a prazo.

Deve-se facilitar, por outro lado, o acesso e a criação de emprego para melhorar o poder de compra da população.

A intensificação da produção agro-pecuária e a orientação para culturas de maiores rendimentos levantam a questão principal que é a do mercado para os produtos agro-pecuários.

O desenvolvimento do turismo deve constituir um mercado potencial, contribuindo para o objectivo de redução das importações.

A diversificação dos mercados de fornecimento e reforço da produção

A valorização da produção nacional significa ter em conta os aspectos de qualidade, conservação e distribuição dos produtos.

Deve-se dar ênfase ao papel do sector privado e capacitar as empresas para entrarem no mercado de importação e distribuição dos produtos alimentares. Deve ser contemplada a problemática do mercado informal no abastecimento.

A questão da disponibilidade dos produtos e a estabilidade dos preços entre as ilhas constitui um aspecto essencial que merece uma atenção especial..

A melhoria das vias de acesso (a especificar) e dos transportes terrestres para certos tipos de produtos é importante na questão da garantia do abastecimento, designadamente a melhoria da acessibilidade das zonas encravadas..

A questão do consumo de energia no meio rural (tipo e custo) deve ser destacada pela importância que assume.

Deve se clarificar a ideia do stock de segurança e a sua disponibilidade de acesso. A quem ficara a responsabilidade da garantia do stock físico com a liquidação da EMPA? Que papel da ANSA?

Sugere-se igualmente a criação de uma instituição pública para incentivar a dinamização de novas técnicas de transformação e conservação de produtos agro-alimentares bem como a importância da criação de uma instituição vocacionada para garantia do controlo de qualidade..

O incentivo do investimento nacional e do emprego deve ser uma linha de intervenção prioritária para o sector produtivo.

Deve ser contemplada a promoção de mecanismos de salvaguarda da produção alimentar nacional face a importação de bens alimentares.

Deve ser contemplada igualmente a utilização das novas tecnologias na divulgação das informações para melhor informar e capacitar os actores.

Uma importância suficiente deve ser acordada à pesca na garantia da segurança alimentar. Evidenciar sempre o sector pesqueiro. (objectivo, resultado, linha de intervenção prioritária, actividade, indicadores). Propõe-se o sector pesqueiro como um objectivo específico, visto o numero de pessoas que vivem desta actividade.

Deve-se criar assim um objectivo específico para o sector das pescas que inclua, assim como nos outros casos, os resultados esperados, as linhas de intervenção prioritárias, as actividades e os respectivos indicadores.

Sublinha-se que implantar o plano de gestão dos recursos pesqueiras e sua execução constitui uma actividade prioritária.

Acesso económico e social - Qualidade alimentar e Nutrição

Deve se criar alternativas de actividades geradores de rendimento como forma de garantir o emprego da produção nacional e uma solução para os problemas alimentares.

A diversificação das fontes de rendimentos, em particular através da promoção do financiamento descentralizado bem como o desenvolvimento local sustentável implicam identificar as melhores praticas em mateira de credito e promover a sua difusão, promover uma capacidade local para elaboração e gestão de projectos e reforçar as infra-estruturas de apoio as actividades económicas.

A segurança alimentar numa perspectiva de luta contra a pobreza implica uma visão lata das questões sociais e do acesso aos bens sociais e a sua integração nas estratégias de desenvolvimento local, regional e nacional, com particular ênfase no mundo rural.

Promover a infra-estruturação social através do associativismo (auto-construção, manutenção) e uma vertente que deve ser explorada.

No combate a pobreza deve-se explicitar a habitação social dado a sua relevância.

Deve-se considerar também a questão da opercionalização dos equipamentos sociais existentes e a capacitação e reforço dos recursos humanos do sector social.

No que toca ao melhor conhecimento dos padrões de consumo e hábitos alimentares, recomenda-se uma maior exploração dos dados nacionais existentes, sobretudo do IRDF em curso

No que concerne o reforço da dieta alimentar, recomenda-se contemplar os jardins infantis e fomentar hortas escolares bem como incentivar a produção familiar virada para melhoria da dieta alimentar..

No que concerne a qualidade, contemplar sempre explicitamente a questão da agua. Deve-se dar destaque também ao reforço do controle de qualidade dos produtos alimentares importados e da utilização de pesticidas nos produtos alimentares.

Capacitação dos actores e gestão da segurança alimentar

Na prevenção e gestão das crises alimentares, deve-se ter igualmente em conta aquelas não relacionadas com as secas e que podem levar a situações de isolamento e ruptura no abastecimento das populações.

Deve ser ponderada neste domínio a criação de um fundo financeiro e importante uma maior articulação dos mecanismos existentes.

Recomenda-se que, em termos de cooperação internacional o enfoque fosse dado a transferência de tecnologias e "know how" para além da mobilização de recursos financeiros e materiais. Também deve ser mobilizada no sentido de melhorar os dispositivos de gestão de crises alimentares. Assim não se deve restringir as preocupações a questão da ajuda alimentar.

Na mobilização dos recursos, deve-se contar com uma abordagem autocentrada, sensibilizando e incentivando a comunidade emigrada no sentido de participar no processo de desenvolvimento do país (segurança alimentar).

A reconversão das FAIMO é uma prioridade. A nível da formação profissional tem de ser inscrita numa estratégia global de desenvolvimento rural, isto como forma de contribuir para fixar as populações rurais nos seus habitats de origem.

Devem ser promovidas cações de formação e capacitação das associações comunitárias e ONGs na concepção e implementação de projectos, valorizando o seu conhecimento dos problemas e potencialidades locais e promovendo o entrosamento e o diálogo entre o Estado e a sociedade civil, priorizando a criação de uma capacidade analítica a nível local e as cações de formação das associações e ONGs nas zonas onde há maior incidência da pobreza (bolsas de pobreza).

Sendo a formação uma temática transversal recomenda-se o desenvolvimento de um objectivo específico consagrado a formação, capacitação e reciclagem (ganha-se em eficiência e reduz-se os custos). Assim propõe-se reunir todas as actividades e resultados referentes e integra-los num único objectivo.

Recomenda-se que as atribuições das instituições que fazem parte do sistema da Segurança Alimentar (Ex: ANSA, CNASA, DSSA, Municípios, etc.) sejam explicitadas.

A efectiva implementação da Agencia Nacional de Segurança Alimentar _ ANSA - e uma prioridade.

E importante promover a reestruturação do observatório da pobreza e a sua coordenação e articulação com o sistema de segurança alimentar.

No âmbito da adesão de Cabo Verde a OMC, procurar inscrever e prever na Estratégia Nacional e Programa de Segurança Alimentar um objectivo que leve em conta este facto e as possíveis implicações para a Segurança Alimentar e a partir daí conceber resultados e actividades esperados nesse quadro.

Recomenda-se a inclusão de um parágrafo sobre as estatísticas da produção alimentar nacional.

A coordenação das acções, o estabelecimento de sinergias e a mobilização de recursos no domínio da segurança alimentar são aspectos chave a ter em conta na estratégia.

Anexo 1: Intervenção da Ministra de Agricultura e Pescas na sessão de abertura do Atelier nacional de Validação da Estratégia e Programa Nacional de Segurança Alimentar numa perspectiva de Luta contra a Pobreza

Senhores Convidados
Caros participantes
Minhas Senhoras e meus senhores

O momento que se vive em Cabo Verde e nalguns países do Sahel, é nos familiar. **Foi soletrando seca e desertificação, que o povo destas ilhas se formou.** Apesar disso não deixa de ser um momento de particular significado, seja, pelas energias que mobiliza, seja, pelas emoções que engendra. Nos últimos três meses as nossas expectativas em relação ao ano agrícola evoluíram do mais puro pessimismo, embalado, às vezes, por alguma promessa, fazendo despontar a esperança, alimentado, outras, pela mantenha, presente, da chuva amiga.

Espero que este Atelier, cuja oportunidade resulta acrescida pela recente realização da Cimeira Mundial de Alimentação (Roma +5) e da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Durável (Rio +10), contribua para a definição das mudanças estruturais que devemos introduzir, na perspectiva de um desenvolvimento durável.

A vossa presença aqui, em representação do Poder Local, das ONG's, Associações e outras organizações da sociedade civil, de sectores como a saúde, a educação, a solidariedade social, do sector privado e dos nossos parceiros de desenvolvimento atesta a horizontalidade do tema e, ao mesmo tempo, a importância que as organizações que representam atribuem à problemática da segurança alimentar.

Senhores Convidados
Caros participantes

Assegurar as condições, materiais, humanas e financeiras, para a definição e, sobretudo, a implementação a nível nacional, regional e internacional, de um conjunto de políticas públicas destinadas a garantir o direito à alimentação e nutrição, à satisfação das necessidades em bens alimentares saudáveis e nutritivos, em qualidade e quantidade suficientes, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas,- garantir a segurança alimentar-, constitui um dos maiores desafios da era da globalização.

Constitui, ainda, um contra-senso, quando o reconhecimento da Segurança alimentar como um Direito Fundamental do Homem, da existência de recursos naturais e tecnológicos mais do que suficientes para alimentar, de forma adequada, em quantidade e qualidade toda a população mundial, caminha a par com o flagelo da fome e da malnutrição que lhe está subjacente, fenómeno que afecta mais de oitocentos milhões de indivíduos e 200 milhões de crianças menores de 5 anos.

É nos países em desenvolvimento, sobretudo em África, que esta disfunção social que é a fome atinge maior dimensão e intensidade, particularmente na zona subsariana, afectando mais de 40 países.

Devido à aleatoriedade das chuvas que caracterizam esta sub-região em que Cabo Verde se insere, as suas populações confrontam-se com bastante frequência com a problemática da seca e da desertificação que lhe está associada e que se repercute nos níveis de produção, de emprego, de rendimentos, na degradação ambiental, no aumento das bolsas de pobreza e, em decorrência, na insegurança alimentar.

Decorrente de constrangimentos de ordem geo-climática, agravada por práticas inadequadas de utilização e gestão dos recursos (solos, água..) e a factores de índole económico, a situação alimentar em Cabo Verde, em termos gerais, é caracterizada por um défice estrutural da produção nacional de alimentos, em particular de cereais, (base da dieta alimentar dos cabo-verdianos) e pela fraca capacidade de gerar divisas para aceder aos bens alimentares no mercado internacional.

Neste quadro, a ajuda alimentar, disponibilizada pelos nossos parceiros, vem desempenhando um papel importante, quer como meio para o abastecimento e a estabilização do mercado, quer como instrumento de geração de empregos no campo, onde residem mais de metade dos pobres.

Senhores Convidados

Caros participantes

O problema é estrutural. As soluções, as medidas têm que corresponder à dimensão do problema.

Em primeiro lugar, é preciso que o desenvolvimento do sector agrícola deixe de constituir um problema em Cabo verde e nas regiões similares do continente africano. Antes pelo contrário, a agricultura deve posicionar-se como uma das soluções aos inúmeros problemas que as comunidades rurais, afectadas pela pobreza, enfrentam. Um sector que, desenvolvendo a sua multifuncionalidade - geração de empregos, produção e segurança alimentar, organização e gestão do território, protecção e defesa do ambiente,...- se integra de forma equilibrada no processo de promoção de um desenvolvimento sustentável.

Um longo caminho resta a percorrer. Para isso torna-se necessário mobilizar todos os parceiros para a introdução das mudanças na cultura da terra (na exploração e gestão dos recursos) para, passarmos da incerteza, embora sempre embalada pela esperança, à mobilização das vontades para, juntos, trilharmos o caminho da redução da insegurança alimentar e, assim, com coragem e determinação, rompermos o ciclo da pobreza.

Em segundo lugar, é preciso desenvolver a parceria e reforçar a solidariedade.

Os agricultores e os criadores devem aprender uns com os outros, trocar experiências, divulgar os casos de sucesso, organizar celebrações para comemorar ganhos na introdução de novas espécies, no combate às pragas, no aumento da produtividade, na melhoria dos sistemas de comercialização e de transformação, na poupança da água.

É preciso, também, reforçar a solidariedade entre os sectores, com vista à promoção do desenvolvimento das comunidades rurais, entre os diferentes actores, públicos e

privados e entre as diferentes regiões do país, sempre na perspectiva do objectivo maior que o país abraçou - a redução durável da pobreza.

Será com base nesta solidariedade que criaremos as condições para os avanços necessários nas práticas agrícolas, no sentido da modernização, numa palavra, da segurança.

Os serviços de animação e extensão rural, ao lado da investigação aplicada, serão os facilitadores de todo este processo, abrindo o caminho à assistência técnica, à formação e ao crédito.

Estamos convictos que a assunção desta forma de estar constituirá, sem dúvida, a nossa principal mais valia, permitindo compensar, em muitos casos, a escassez de recursos.

Em terceiro lugar, será necessário criar as condições para a implementação de um conjunto de programas e projectos concretos, com base na parceria, nacional e internacional.

Aproveitamos esta oportunidade para endereçar um agradecimento particular aos amigos e parceiros de Cabo Verde e para lançar um apelo no sentido da mobilização da solidariedade, em vista à disponibilização dos recursos, adequados e em tempo, para a consolidação do sistema de segurança alimentar.

Senhores Convidados
Caros participantes

O Governo reitera a alimentação e a Segurança Alimentar como sendo um direito fundamental e propõe-se em parceria com o sector privado e com a sociedade civil promover políticas económicas e sociais, visando assegurar uma oferta alimentar adequada e facilitar o acesso económico e físico das populações a uma alimentação sadia e nutritiva, em particular para as camadas mais vulneráveis.

Na perspectiva do governo, a segurança alimentar é de elevada complexidade, ultrapassando os aspectos relacionados com a oferta e o acesso aos bens alimentares para valências mais abrangentes, abarcando questões como os rendimentos, a educação e informação, a saúde e nutrição, a água potável e saneamento básico, bem como a participação, entre outros. É, também, nesta perspectiva que se enquadram as medidas adoptadas de forma pronta pelo Governo, face à aleatoriedade e imprevisibilidade das precipitações, que naturalmente poderá induzir consequências sócio-económicas graves.

Assim, as orientações do Governo neste domínio vêm sendo implementadas, assentes num conjunto de programas que visa o alcance de uma segurança alimentar durável, numa perspectiva de luta contra a pobreza e na melhoria das condições de vida das populações.

No quadro do Programa acima referido, encontra-se na fase final do processo de elaboração da estratégia e programa de acção de segurança alimentar a médio e longo

prazo, na perspectiva de redução durável da pobreza, assumindo os princípios e compromissos consignados na Declaração dos Chefes de Estado do CILSS reunidos em Bamako, em Novembro de 2000.

Senhores Convidados
Caros participantes

Com a realização deste ATELIER NACIONAL, o Governo pretende gerar um amplo consenso sobre uma problemática fundamental para o país que é garantir a todos os nossos concidadãos, o direito à alimentação. Trata-se de um instrumento de elevada pertinência e oportunidade que se integra no Plano Nacional de Desenvolvimento.

Este Atelier constituirá, também, um espaço privilegiado para a concertação entre os diversos intervenientes, permitindo, do mesmo modo, á equipa nacional uma melhor preparação e, conseqüentemente, uma participação activa no Atelier regional, que terá lugar, em Novembro próximo, em Bamako.

Com a firme convicção de que as Conclusões e Recomendações deste Atelier, contribuirão de forma significativa para a concretização da política do Governo em matéria de Segurança Alimentar, declaro aberto o ATELIER NACIONAL DE VALIDAÇÃO DA ESTRATÉGIA E PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR NUMA PERSPECTIVA DE LUTA CONTRA A POBREZA.

Muito obrigado.

Anexo 2: Intervenção do Ministro do Trabalho e Solidariedade na sessão de encerramento do Atelier nacional de Validação da Estratégia e Programa Nacional de Segurança Alimentar numa perspectiva de Luta contra a Pobreza

Senhora Ministra da Agricultura e Pescas,
Senhores Participantes,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Em primeiro lugar, desejo exprimir-vos a minha satisfação por poder participar neste acto de encerramento de tão importante evento que e o Atelier Nacional de Validação da Estratégia Nacional e do Programa de Segurança Alimentar numa perspectiva de Luta contra a Pobreza.

Estamos, com efeito, perante uma temática de suma importância para o nosso país e de saudar a realização em boa hora deste atelier que ora termina.

Mas eu desejo, nesta oportunidade, reiterar-vos algumas ideias, ainda que de forma breve.

Reconhecemos todos que o nosso país cresceu e que foram dados passos importantes neste desafio que e o de desenvolver Cabo Verde.

Reconhecemos igualmente que as vulnerabilidades persistem e que se manifestam com intensidade maior em determinadas épocas, principalmente nas de má produção agrícola.

Constata-se ainda que a vulnerabilidade, embora presente em todo o país, manifesta-se de modo diverso nas diferentes regiões do país e e mais visível lá onde os níveis de desenvolvimento socio-economicos são mais baixos ou lá onde faltou uma estratégia e uma intervenção que pudessem configurar-se como alternativa credível a irregularidade das chuvas e as secas.

Urge, assim, analisar a Segurança Alimentar numa perspectiva socio-economica das comunidades rurais e criar condições solidas, fomentar investimentos estruturantes que possam evitar o sobressalto dos Planos de Urgência.

Num quadro de precariedade como o nosso e nas condições climáticas do nosso país, a chuva não e e nem poderá ser uma variável de regularidade, antes constituindo um factor aleatório que, a fazer parte do sistema, será como uma mais valia cuja falta não poderá forçosamente provocar desequilíbrios ou desesperanças.

Por esta razão, a Segurança Alimentar e, necessariamente, uma problemática transversal e multi-sectorial e insere-se na lógica do desenvolvimento socio-economico das regiões do nosso país.

Temos de ser capazes de dar este salto em termos de percepção do problema.

Assim, o Governo entende que as comunidades rurais mais vulneráveis desenvolvem-se por via de uma aposta clara e firme em projectos socialmente úteis e economicamente viáveis e, por isso, recusa promover o desenvolvimento por via das

tradicionais Frentes de Alta Intensidade de mão-de-obra (FAIMO), caracterizadas por uma baixa produtividade.

As FAIMO terão cumprido o seu papel e terão, de alguma forma, contribuído no processo de desenvolvimento, num tempo histórico determinado.

Hoje, os pressupostos mudaram, as perspectivas são outras e os níveis de reivindicação social alteraram-se.

Perspectiva-se, assim, um desenvolvimento assente noutros pressupostos, conduzindo a elaboração e execução de Políticas e programas multi-sectoriais que cumpram, a um tempo, o papel de garantir rendimento as famílias e de promover o desenvolvimento das comunidades mais desfavorecidas.

E também nesta perspectiva e com esta orientação que o Governo pretende promover o combate a pobreza por via de criação de condições estruturantes para as comunidades rurais.

Os mais vulneráveis não podem ser colocados a margem do desenvolvimento, devendo, pelo contrario, participar no processo de desenvolvimento social em curso, valendo sempre a pena edificar e executar políticas de solidariedade que visem a plena integração do homem cabo-verdiano.

Temos, pois, de por de pé verdadeiras políticas pró-ativas de inclusão social.

Para terminar, estou ciente de que os resultados conseguidos ao longo do debate irão, seguramente, enriquecer o documento apresentado para discussão neste Fórum e desejo assegurar-vos que o Governo dispensara toda a atenção a esses mesmos resultados na execução das suas políticas, adentro dessa tarefa difícil, mas aliciante, que é a de governar Cabo Verde.

Quero dirigir uma palavra de profundo reconhecimento aos nossos parceiros internacionais que contribuíram para a realização deste atelier, na certeza de que continuaremos a contar com eles nas fases de implementação das medidas em matéria de segurança alimentar.

A todos os participantes endereço as melhores felicitações pelo sucesso desta iniciativa.

Declaro encerrado o Atelier Nacional de Validação da Estratégia Nacional e do Programa de Segurança Alimentar numa perspectiva de Luta contra a Pobreza.

Muito Obrigado!

**ATELIER NACIONAL DE VALIDAÇÃO DA ESTRATEGIA E PROGRAMA
NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR NUMA PERSPECTIVA DE LUTA
CONTRA A POBREZA**

REALIZAÇÃO. 17 e 18 de Setembro de 2002-10-17

LOCAL: SALA DE CONFERENCIAS DO MINISTERIO DAS FINANÇAS

PROGRAMA

17 DE SETEMBRO 2002

08:00 - 08:30 ACOLHIMENTO DOS PARTICIPANTES
08:30 - 09:00 DISCURSO DE ABERTURA DE S. EXCIA A MINISTRA DA
AGRICULTURA E PASCAS
09:00 - 09:15 CONSTITUIÇÃO DA MESA DE TRABALHOS E
APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA E PROGRAMA DO ATELIER
09:15 - 09:45 APRESENTAÇÃO DA ESTRATEGIA NACIONAL E DO
PROGRAMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR
09:45 - 10:05 APRECIÇÃO NA GENERALIDADE DA ESTRATEGIA E
PROGRAMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR
10:05 - 10:15 FORMAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO
10:15 - 11:00 TRABALHOS DE GRUPO CENTRADOS NOS
OBJECTIVOS ESPECIFICOS DA ESTRATEGIA NACIONAL DE SEGURANÇA
ALIMENTAR
11:00 - 11:15 PAUSA CAFÉ
11:15 - 12:30 TRABALHOS DE GRUPO
12:30-13:00 LANCHE REFORÇADO
13:00 - 15:30 CONTINUAÇÃO DOS TRABALHOS DE GRUPO

18 DE SETEMBRO 2002

08:00 - 10:00 CONTINUAÇÃO DOS TRABALHOS DE GRUPO
10:00 - 10:15 PAUSA CAFÉ
10:15 - 12:30 ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GRUPO
12:30 - 13:00 LANCHE REFORÇADO
13:00 - 14:00 APRESENTAÇÃO E DEBATE EM PLENARIA DOS
TRABALHOS DE GRUPO
14:00 - 14:30 ELABORAÇÃO DAS CONCLUSÕES E
RECOMENDAÇÕES GERAIS
14:30 ENCERRAMENTO PELO SR. MINISTRO DO TRABALHO
E DA SOLIDARIEDADE

Anexo 4- Lista dos participantes do ATELIER NACIONAL DE VALIDACAO DA ESTRATEGIA NACIONAL E PROGRAMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR NUMA PERSPECTIVA DE LUTA CONTRA A POBREZA

N.º	NOMES	INSTITUIÇÃO	FUNCAO
1	Carlitos Fortes	MOAVE	Director Geral
2	João Fonseca	MAP	Assessor MAP
3	David Monteiro	DGASP	Director Geral
4	Francisco Rodrigues	INE	Director
5	Sonsoles Ruedas	PAM	Representante
6	Rivera	PAM	
7	Teresa Fernandes Pereira	Del. MAP.Praia/S.Domingos	Tec. Prot. Vegetal
8		União Europeia	
9		União Europeia	
10	Lurdes Lima	INGRH	Directora SAPS
11	Rosa Lopes	Del.MAP S.º Antao R. ^a G.	Delegada
12	Alindo Brandão	GDR - Fogo	Director
13	Yolanda Estrela	UNICEF	Assistente Projecto Saúde/Nutrição
14	João Gonçalves	Del. MAP - Fogo	Delegado
15	Adelina Pires Morais	Del. MAP Boavista	Delegada Substituta
16	Aida Duarte	EMPA	
17	Manuel Livramento	Del. Map S.Nicolau	Delegado Substituto
18	Luisa Morais	DSSilvicultura-MAP	Directora Serviço
19	Miguel Costa	ADECO	Secretario
20	Antonia. Julia dos Reis	Câmara Mun.S.Vicente	Vereadora
21	José Domingos Gonçalves	Câmara Mun.S.Domingos	Vereador
22	João Pereira Silva	AGECABO	Director
23	Carlos Alberto Dias	Delegado MAP - Maio	Delegado
24	Alcidia Rodrigues	Delegacao-MAP- S.Vicente	Delegada
25	Salazar Silva	Delegação MAP S.Cruz	Delegado
26	Ernestina Veiga	OASIS	
27	Karla U. Krieger	Cooperação Austríaca	Representante
28	Antoine Thierry	FAO	Consultor Food Systems
29	Carlos Lopes	C.Municipal Sal	Vereador
30	José Gabriel Levy	PNUD	Gestor Programa
31	Nuria Casaldaliga	PNUD	VNU/Pauvrete
32	José Maria Semedo	Cruz Vermelha	
33	Maria dos Anjos Rodrigues	Caritas	
34	Miguel Costa Monteiro	ANSA	Presidente
35	Isaura Gomes	Assoc. Mulh.Empres.	Presidente
36	Jorge Nobre	DGCI	Resp. Ajuda Alimentar
37	Celina Ferreira	MORABI	Coordenadora

38	Lígia Matos	Del. MAP Sal	Delegada
39	Bhagee Jaglal	DGASP	Técnica Superior
40	Justiniano Mendonça	OMS	Ass. Represent.
41	Manuel Pinheiro	DGPLano	Director Geral
42	Thomas Gibb	ACDI/VOCA	Representante
43	Angela Cardoso	OMCV	
44	Jean Jacques Barbosa Fernandes	ICASE	Tec. Superior
45	Fernando Andrade	MTSolidariedade	Assessor Ministro
46	Isabel Arcangela Rodrigues	Del.MAP S.Vicente	Técnica Des. Rural
47	Cláudio Furtado	ISE	Sociologo
48	Edgard C. PINTO	Consultor	Economista
49	José Júlio	Consultor	
50	Lurdes Almeida	Consultora	Economista
51	João Pires	Consultor	Eng.º agronomo
52	Analina Barros	D.S. Pecuária	Tec.Superior
53	José António Pinto Monteiro	G.P do MPD	Deputado
54	Philippe Chappe	Coop.Francesa	Adjunto
55	Fátima Ramos	DGSA	Tec. Superior
56	Adelina Vicente	DSSA_MAP	Tec. Superior
57	António Neves	GTI-S.º Antao	Tec. Superior
58	José António F. Mendes	Del.MAP- Praia/S.Domingos	Tec. Prot. Vegetal
59	Paula Cristina N. Mendes	DGASP	
60	Cláudio Martinez	FAO	Consultor
61	Osvaldo Chantre	DSSA-MAP	Tec. Adjunto
62	Dieter	Delegação CE	
63	Eneida Rodrigues Silva	DGASP	Coord. PESA
64	Vera Cristina Gominho	INDP	Bióloga
65	Pedro dos Santos Mota	Dele. MAP Porto Novo	Técnico Florestal
66	Vasco Silva	CCISS	Dir. Comercial
67	Oswaldo Cruz	MAP	Tec. Principal
68	Raul Mendes Fernandes	UCP/PNLP	Coordenador
69	Maria Aleluia B. Andrade	GEP/MAP	Tec. Superior Principal
70	Patrícia Alfama	DGP/MAP	Directora Serviço
71	Carlos Sousa Monteiro	INIDA/MAP S. Catarina	Director CF - Delegado
72	Pedro Bettencourt Jr.	Assem. Mun. Praia	Delegado Municipal
73	Eduardo Sorribes Manzama	Comissão Europeia	Chargee Affaires
74	Sandra Martins	DSSA-MAP	Socióloga
75	Fernando Jorge Leal Andrade	GEP-MAP	Director
76	Arlindo T. de Melo	Plataforma ONG	Tec. Superior
77	Oumar Barry	DGASP	Tec. Superior
78	Carlos Alberto Gonçalves	C.M S. Catarina	Vereador
79	Filomena Fialho	ANSA	Administradora
80	Severine Annal	União Europeia	
81	Patrice Teixeira	PAM	

Anexo 5: CONSTITUIÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO

Lista dos participantes do Grupo de Trabalho 1: Análise dos objectivos específicos 3 e 6

Presidente:

Relator:

Facilitador: Lurdes Almeida

	Nome	Instituição
1	Patricia Alfama	Direcção Geral das Pescas
2	Raul M. Fernandes	UCP/PNLP
3	Lurdes Lima	INGRH
4	Fernando Freire de Andrade	MTS
5	Antónia Julia Ramos	Câmara Municipal S. Vicente
6	Fátima Ramos	D. G.S.S
7	Justiniano Mendonça	OMS
8	Angela...Cardoso	OMCV
9	Osvaldo Chantre	DSSA/MAP
10	Teresa Veiga	Delegação Praia-S.Domingos
11	José António F. Semedo	Delegação Praia-S.Domingos
12	António Monteiro Neves	GTI- S.º Antão
13	Carlos D. Lopes	Câmara Municipal do Sal
14	José Casimiro Andrade	Câmara Municipal de S.Domingos
15	José Maria Da Simédo	Cruz Vermelha de Cabo Verde
16	Maria dos Anjos Rodrigues	Caritas -CV
17	Alindo Brandão	Caritas -CV
18	Pedro Mota	Delegação MAP Porto Novo

Lista dos participantes do Grupo de Trabalho 2: Análise dos objectivos específicos 1 e 2

Presidente:

Relator:

Facilitador: José Júlio Monteiro

	Nome	Instituição
1	Isabel Arcângela Rodrigues	Delegação do MAP - S. Vicente
2	Carlos Sousa Monteiro	INIDA/CFA; Delegação MAP S. Catarina
3	Maria Aleluia B. Andrade	GEP/MAP
4	Manuel da Luz Livramento	Delegação MAP S.Nicolau
5	Lígia Matos	Delegação MAP Sal
6	João dos Santos Gonçalves	Delegação MAP Fogo
7	Miguel Costa	ADECO
8	Carlos Alberto Dias	Delegação MAP Maio
9	Filomena Fialho	ANSA
10	Oumar Barry	DGASP - Engenharia Rural
11	Alcídia Lopes	Delegação MAP S.Vicente
12	Aida Duarte Silva	EMPA
13	José Levy	PNUD
14	Nuna Casaldálja	PNUD
15	Paula Mendes	DGASP

16	Benvindo Marques dos Reis	DGCC- MTIC
17	Analina Barros	DGASP - MAP
18	Mina B. Gaylal	DGASP - MAP
19	Armando Freire	Fenacoop
20	Vasco Silva	C.C.I.S
21	Patrick Teixeira	PAM
22	Eneida Rodrigues	DGASP - DE P
23	Vera Gominho	INDP - Praia
24	Ligia Matos	Delegação MAP - Sal

Lista dos participantes do Grupo de Trabalho 3: Análise dos objetivos específicos 4 e 5

Presidente: Osvaldo Cruz

Relator: Adelina Vicente

Facilitador: João Pires

	Nome	Instituição
1	Rosa Lopes Rocha	Delegação MAP - S.º Antão
2	Thierry Antoine	FAO Regional Office for AFRICA
3	Jean Jacques Barbosa Fernandes	ICASE
4	Adelina B. Vicente	DSSA
5	Sandra Martins	DSSA
6	Maria Celina Ferreira	MORABI
7	Karla Krieger	Cooperação Austríaca
8		PNUD
9		PAM
10	Osvaldo Cruz	MAP
11	Adelina Pires Morais	Delegação MAP Brava
12	Ana Paula Spencer	DSSA
13	Jorge Nobre	DGCI